

E 1984 não foi como “1984”

Por **Guilherme Ary Plonski**, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da USP e do Instituto de Estudos Avançados da USP

Guilherme Ary Plonski <https://jornal.usp.br/?p=829657>

21/11/2024 - Publicado há 4 meses



GUILHERME ARY PLONSKI

Professor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária e professor associado da Escola Politécnica da USP

TOBOS OS
ARTIGOS

“E você verá por que 1984 não será como 1984.” Este é o trecho final de um dos comerciais mais famosos da história. O comercial abre com um cenário distópico em tons de azul e cinza, mostrando uma fila de pessoas marchando em uníssono por um longo túnel monitorado por uma série de teletelas. Isso contrasta fortemente com as tomadas coloridas de uma corredora atlética, vestida com calção vermelho, tênis de corrida, pulseiras de suor e regata branca com uma imagem cubista de computador. Ao carregar uma marreta comprida, a corredora é perseguida por policiais, que são presumivelmente agentes da Polícia do Pensamento. Trajando uniformes pretos, eles estão protegidos por equipamentos antimotim, inclusive capacetes com viseiras, assim como armados com cassinetes avantajados.

A corredora avança celeremente em direção a uma tela enorme com a imagem de uma figura que sugere o Big Brother descrito por George Orwell em sua obra seminal. A figura na tela está proferindo um discurso para uma audiência de seres idênticos, que parecem lacaios, disciplinadamente sentados. O teor da arenga é o seguinte: “Hoje celebramos o primeiro aniversário glorioso das Instruções para Purificação de Informações. Criamos, pela primeira vez em toda a história, um jardim de ideologia pura — onde cada trabalhador pode florescer, protegido das pragas que fornecem pensamentos contraditórios. Nossa Unificação de Pensamentos é uma arma mais poderosa do que qualquer frota ou exército na Terra. Somos um povo com uma vontade, uma resolução, uma causa. Nossos inimigos falarão até a morte, e nós os enterraremos com sua própria confusão. Nós prevaleceremos!”.

A corredora, agora perto da tela, arremessa a marreta em sua direção bem no momento que o Big Brother anuncia que “nós prevaleceremos!”. Em uma explosão de luz e fumaça, a tela é destruída, deixando o público em choque. O comercial conclui com uma narração portentosa de um ator, acompanhada por um texto rolando, que diz: “Em 24 de janeiro, a Apple Computer apresentará o Macintosh. E você verá por que 1984 não será como 1984”. A tela escurece quando a narração termina e aparece o logotipo do arco-íris da Apple.

Com pouco mais de um minuto de duração, o comercial é apresentado na noite de 22 de janeiro de 1984, num intervalo do Super Bowl, o jogo final do campeonato nacional de futebol americano. Trata-se de um espaço nobre para veiculação de anúncios publicitários, em que cada 30 segundos são atualmente vendidos por um preço da ordem de US\$ 7 milhões. O comercial da Apple é visto por quase 100 milhões de telespectadores e se torna mais comentado do que o próprio jogo. Na madrugada do dia 24 formam-se filas gigantescas em frente às lojas da Apple por consumidores desejosos de adquirir o artefato inovador.

O subtexto do comercial é claro: promover o inconformismo com o modelo de computação dominante, caracterizando-o como uniformizador e inflexível. O Big Brother a ser eliminado é uma referência velada à IBM, corporação veterana que era então duzentas vezes maior do que a Apple, empresa criada apenas oito anos antes. Primeiro computador bem-sucedido integrando interface gráfica, tela incorporada e mouse, o Macintosh inaugura uma transformação cultural massiva na interação humano-máquina. As primeiras gerações têm preço elevado e apresentam limitações técnicas, ocorrências habituais em inovações disruptivas. Elas são gradualmente superadas e o computador lançado em 1984, que carrega o nome da variedade de maçã preferida de um de seus idealizadores, torna-se o patriarca da popular e exitosa família Mac de computadores portáteis.

O ano de 1984 assinala também dois conjuntos de transformações relevantes no Brasil, um no campo da política e outro no cenário da inovação. No cenário político, ocorre a culminação do movimento popular pelas Diretas Já, que visava reestabelecer as eleições diretas para a Presidência da República: uma manifestação realizada em 25 de janeiro no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, reúne 1,5 milhão de pessoas e agrega personalidades de um amplo arco de visões de mundo em torno dessa causa. Ainda que a emenda constitucional das Diretas Já tenha sido derrotada no Congresso Nacional, esse movimento contribui para acelerar o final do regime militar iniciado duas décadas antes e prenuncia uma nova fase de democracia, simbolizada pela Assembleia Nacional Constituinte convocada no ano seguinte, cuja resultante é a “Constituição Cidadã” em vigor.

No cenário brasileiro da inovação o ano é marcado pela instituição de quatro iniciativas formativas. Duas são políticas públicas de abrangência nacional, ambas estabelecidas pelo Governo Federal. E duas são entidades novas, uma nascida da cooperação entre a universidade e o meio empresarial, e a outra emblemática do amplo potencial do empreendedorismo acadêmico.

Em 1984, um ano antes de deixar a presidência do CNPq, o visionário professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque lança o Programa Brasileiro de Parques Tecnológicos, considerado a primeira política pública nacional voltada à inovação tecnológica. Assim justifica essa iniciativa: “Tínhamos informações da instalação de parques tecnológicos na França e principalmente nos Estados Unidos, com o sucesso de Boston e do Vale do Silício, além da Inglaterra. A ideia inicial era não ficar atrás deles”.

O primeiro espaço caracterizado como parque tecnológico havia sido estabelecido em 1951 pela Universidade de Stanford. Tratava-se inicialmente de um parque industrial, projeto imobiliário destinado a mitigar problemas financeiros dessa universidade privada. O projeto é pivotado graças ao então diretor da Escola de Engenharia, o também visionário professor Frederick Terman, que enxerga o potencial de um parque empresarial afiliado à universidade que se concentrasse em pesquisa e desenvolvimento e gerasse renda para a universidade e para a comunidade. Ele concebe um novo tipo de colaboração, pelo qual a Universidade de Stanford uniria forças com a indústria e com a cidade de Palo Alto, sua sede, para promover interesses compartilhados. Terman enxergava o potencial do parque para servir como um farol para novos cientistas e professores de excelência, para fornecer empregos para graduados da universidade e para estimular o desenvolvimento econômico regional. Como é sobejamente conhecido, esse parque nucleia o que veio a se tornar o mítico Vale do Silício.

Pelo programa do CNPq, inicialmente cinco cidades são escolhidas para sediar as instituições no Brasil, uma em cada região. Animava o programa a ideia de fortalecer o desenvolvimento tecnológico do País a partir do interior ou de capitais de menor porte, em que estivesse presente uma base universitária robusta. A fundação privada é definida como modelo institucional para implementar e gerir os parques, assegurando agilidade e flexibilidade na gestão, atributos inalcançáveis sob a rigidez hermenêutica de parcela elevada dos operadores do Direito Administrativo, que rege o setor público. Ainda assim, das cinco iniciativas, apenas duas se perenizam: as fundações Parque Tecnológico de Campina Grande, na Paraíba, e de São Carlos, no Estado de São Paulo.

A iniciativa pioneira do CNPq favorece a criação de uma comunidade de gestores, a maior parte dos quais vinculados a universidades, que criam a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). Dinamiza-se assim um movimento em prol do empreendedorismo inovador, que floresce em todas as regiões do País. Com o auxílio de outras políticas públicas, o movimento catalisa o estabelecimento de centenas de ambientes de inovação (incubadoras e aceleradoras de empresas, parques tecnológicos, tecnópoles, distritos, *hubs* e ecossistemas de inovação e outros mecanismos), tornando o Brasil referência global nesse campo.

Outra política pública lançada em 1984 é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), criado pelo governo brasileiro como um instrumento complementar à política de fomento à Ciência & Tecnologia (C&T). Fruto de acordos de empréstimo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, o PADCT transcorre em três fases distintas (PADCT I, II e III), vigorando por 20 anos.

Entre seus legados estão:

- 1 – fortalecimento da infraestrutura de pesquisa no País;
- 2 – formação de pesquisadores e cientistas por intermédio de bolsas de estudo e incentivos à pós-graduação;
- 3 – estímulo à inovação, ao promover maior interação entre universidades, centros de pesquisa e o setor empresarial, incentivando a transferência de tecnologia;
- 4 – foco em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do País, como biotecnologia, química fina, novos materiais e informática;
- 5 – descentralização da pesquisa, ao apoiar projetos em diferentes regiões;
- 6 – experiência com novos formatos para planejar, promover e financiar pesquisa e desenvolvimento (P&D), introduzindo novos modelos de colaboração como, por exemplo, programas de P&D pré-competitivos; e
- 7 – modernização da gestão da ciência e da tecnologia no País, mediante mecanismos profissionais de avaliação e seleção de projetos.

O PADCT é um marco importante em termos de política de ciência, tecnologia e inovação. O aproveitamento das suas ricas experiências e aprendizados passa a influenciar o desenvolvimento de políticas científicas e tecnológicas subsequentes no Brasil. Um exemplo é o fato de, pela primeira vez, o apoio dado a Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) que se dedicam a atividades de P&D estar condicionado à existência de um parceiro empresarial e da sua contrapartida de recursos.

Em abril de 1984, na sala da Congregação da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da USP, em assembleia presidida pelo professor Jacques Marcovitch, então coordenador do pioneiro Programa de Administração em Ciência e Tecnologia (PACTo), os representantes de 28 indústrias decidem fundar uma

associação propositiva e de apoio ao desenvolvimento tecnológico na indústria. Nasce assim num ninho acadêmico a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei).

No relato de Mario Barra, seu primeiro presidente, “nesse período, os empresários mais lúcidos tinham como certo que a estratégia de substituição de importações não seria para sempre. Era estratégico investir em capacitação tecnológica autóctone e ficar preparado para a abertura do mercado nacional, antecipando o movimento que, desde a década de 90, ficou conhecido como globalização”. A Anpei conta hoje com 200 associados, que respondem por 60% do investimento privado no Brasil em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Originada a partir de um projeto de extensão do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina, é criada em 1984 a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Certi). Além de numerosas tecnologias inovadoras, entre elas o projeto mecânico da urna eletrônica, a Certi é matriz de um processo de transformação de Florianópolis de uma ilha turística aprazível, limitada pelas restrições da legislação ambiental, para uma referência internacionalmente reconhecida de ecossistema de inovação.

As quatro realizações, iniciadas separadamente, entrecruzam-se frutiferamente ao longo das quatro décadas. Assim a Fundação Certi recebe sucessivos prêmios pelos resultados da incubadora e dos dois parques tecnológicos que implementou e opera, contribuindo para concretizar o sonho ambicionado pelo programa criado em 1984 pelo CNPq. A intensificação da interação entre a academia e a indústria em decorrência do PADCT leva a Anpei a criar um ativo comitê dedicado ao tema, que gera o *Guia de Boas Práticas para a Interação ICT – Empresa*, cuja popularidade leva-o a ter sucessivas edições.

Para o cenário brasileiro da inovação, 1984 é um ano notável. Não pelo lançamento espetacular de um artefato revolucionário, como o Macintosh, mas pelo estabelecimento sóbrio de duas políticas públicas com efeitos duradouros e duas instituições estruturantes. Parafraseando o trecho impactante do comercial anteriormente descrito, as transformações na política e na inovação testemunham que, para o Brasil, “1984 não foi como 1984”.

*(As opiniões expressas pelos articulistas do **Jornal da USP** são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem opiniões do veículo nem posições institucionais da Universidade de São Paulo. Acesse aqui nossos [parâmetros editoriais para artigos de opinião](#).)*



Política de uso

A reprodução de matérias e fotografias é livre mediante a citação do Jornal da USP e do autor. No caso dos arquivos de áudio, deverão constar dos créditos a Rádio USP e, em sendo explicitados, os autores. Para uso de arquivos de vídeo, esses créditos deverão mencionar a TV USP e, caso estejam explicitados, os autores. Fotos devem ser creditadas como USP Imagens e o nome do fotógrafo.